



ESTADO DO TOCANTINS  
PODER LEGISLATIVO

**9ª Legislatura, 2ª Sessão Legislativa**

**14 de abril de 2020**

**Ata da Centésima Sexagésima Oitava Sessão Ordinária**

Às nove horas do dia catorze do mês de abril do ano de dois mil e vinte, reuniram-se as Senhoras e os Senhores Deputados, no Plenário desta Casa de Leis, nesta Capital, em Sessão Ordinária, presidida pelo Senhor Deputado Antonio Andrade, secretariado pelo Senhor Deputado Jorge Frederico, Primeiro-Secretário e pela Senhora Deputada Vanda Monteiro, Segunda-Secretária. Sob a proteção de Deus, havendo número legal e em nome do povo tocantinense, o Senhor Presidente declarou aberta a Sessão, com a presença dos Senhores Deputados Amélio Cayres, Eduardo do Dertins, Eduardo Siqueira Campos, Elenil da Penha, Fabion Gomes, Gleydson Nato, Issam Saado, Ivory de Lira, Jair Farias, Jorge Frederico, Léo Barbosa, Nilton Franco, Olyntho Neto, Professor Júnior Geo, Ricardo Ayres, Valdemar Júnior, Vilmar de Oliveira, Zé Roberto Lula e da Senhoras Deputadas Amália Santana, Claudia Lelis, Luana Ribeiro, Valderez Castelo Branco e Vanda Monteiro. Encontra-se licenciado o Senhor Deputado Cleiton Cardoso. Após a leitura do Texto Bíblico, o Senhor



ESTADO DO TOCANTINS  
PODER LEGISLATIVO

Presidente, nos termos do art. 26, inciso I, alínea “c” do Regimento Interno, submeteu a Ata da Sessão anterior à apreciação do Plenário, a qual foi aprovada. Em seguida, foram lidos e despachados os Expedientes: Mensagem número 22/2020, de autoria do Senhor Governador do Estado, encaminhando a Medida Provisória número 7, de 24 de março de 2020, que “Veda a interrupção de fornecimento de água e energia elétrica, por inadimplemento no âmbito do Estado do Tocantins, pelo prazo que especifica, e adota outra providência”; Mensagem número 23/2020, de autoria do Senhor Governador do Estado, encaminhando a Medida Provisória número 8, de 24 de março de 2020, que “altera o art. 1º da Lei número 954, de 3 de março de 1998, que institui o Fundo Especial de Modernização e Aprimoramento do Poder Judiciário (Funjuris-TO)”; Mensagem número 24/2020, de autoria do Senhor Governador do Estado, encaminhando a Medida Provisória número 9, de 30 de março de 2020, que “autoriza a concessão das rodovias estaduais que específica, e adota outras providências”; Mensagem número 25/2020, de autoria do Senhor Governador, encaminhando o Substitutivo à Medida Provisória número 30/2019, que “dispõe sobre a instituição do Programa de Parcerias Público-Privadas do Estado do Tocantins – Programa PPP-Tocantins”; Projeto de Lei número 44/2020, de autoria do Senhor Deputado Olyntho Neto,



## ESTADO DO TOCANTINS PODER LEGISLATIVO

que “declara de Utilidade Pública Estadual a Associação de Apoio do Colégio Estadual Adjúlio Bathazar”; e Ofícios oriundos das Prefeituras Municipais: Aliança do Tocantins, Angico, Araguaã, Araguaína, Bandeirantes, Dois Irmãos, Nazaré, Lajeado, Palmeirópolis, Pium, Ponte Alta do Bom Jesus, Santa Maria do Tocantins, Santa Tereza do Tocantins, Sucupira e Taguatinga, solicitando o reconhecimento, para os devidos fins do art. 65 da Lei Complementar número 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência do estado de calamidade pública. Logo após, assumiu a Segunda-Secretaria o Senhor Deputado Ivory de Lira. Na Apresentação de Matérias, foram entregues os Projetos de Lei que receberam os números 21/2020, de autoria do Senhor Deputado Vilmar de Oliveira; 62, 63, 64 e 65/2020, de autoria do Senhor Deputado Zé Roberto Lula; 66/2020, de autoria da Senhora Deputada Vanda Monteiro; 67/2020, de autoria do Senhor Deputado Issam Saado; 68, 69, 70, 71, 72, 73 e 83/2020, de autoria do Senhor Deputado Ricardo Ayres; 74/2020, de autoria do Senhor Deputado Olyntho Neto; 75/2020, de autoria do Senhor Deputado Antonio Andrade; 76/2020, de autoria do Senhor Deputado Professor Júnior Geo; 77/2020, de autoria da Senhora Deputada Amália Santana; 78 e 82/2020, de autoria da Senhora Deputada Claudia Lelis; e os Requerimentos que receberam os números 640 a 680. Em seguida, o Senhor Presidente avocou e



ESTADO DO TOCANTINS  
PODER LEGISLATIVO

determinou a inclusão da Medida Provisória número 1, de 22 de janeiro de 2020, que “altera a Lei número 2.409, de 16 de novembro de 2010, que dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração dos Servidores do Poder Judiciário do Estado do Tocantins”, na Ordem do Dia, desta Sessão, conforme art. 76 combinado com o inciso I, do art. 71 e art. 77, do Regimento Interno desta Casa de Leis. Logo após, foram aprovadas as urgências dos Projetos de Lei que receberam os números 61/2020, de autoria do Senhor Deputado Vilmar de Oliveira; 66/2020, de autoria da Senhora Deputada Vanda Monteiro; 67/2020, de autoria do Senhor Deputado Issam Saado; e o Requerimento que recebeu o número 641, de autoria do Senhor Deputado Jorge Frederico. No horário destinado às Comunicações, usou a tribuna o Senhor Deputado Zé Roberto Lula e a Senhora Deputada Amália Santana. Na deliberação da Ordem do Dia, foi anunciada em turno único de discussão e votação, a Medida Provisória, número 1/2020, de autoria do Senhor Governador do Estado, que “altera a Lei número 2.409, de 16 de novembro de 2010, que dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração dos Servidores do Poder Judiciário do Estado do Tocantins”, a qual, votada, foi aprovada. O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, promulga a Lei número 3.658, de 14 de abril de 2020. À Secretaria para comunicar à autoridade competente. Foram



ESTADO DO TOCANTINS  
PODER LEGISLATIVO

anunciados, em fase única de discussão e votação os Requerimentos números: 555, 556, 375, 553, 540, 554, 289, 290, 291, 292, 287, 288, 332, 378, 557, 286, 299, 572, 293, 130, 285, 395, 396, 397, 398, 399, 400, 401, 403, 404, 405, 406, 407, 294, 509, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 53, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 296, 297 e 298, os quais, votados, foram aprovados e encaminhados à Secretaria para providenciar. Não havendo oradores inscritos no horário destinado às Discussões Parlamentares, o Senhor Presidente encerrou a Sessão às treze horas e vinte e três minutos, convocando Sessão Ordinária para dia e hora regimentais. Para constar, lavrou-se a presente Ata que, aprovada, será assinada pela Comissão Executiva e encaminhada à publicação.

*1º Secretário*

*Presidente*

*2º Secretário*